



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

PGA nº 28.084/2018 — PARECER — 19/07/2018

Procedimento de Gestão Administrativa nº 28.084/2018

PARECER

Trata-se de solicitação efetuada por e-mail funcional pela Corregedoria-Geral do MPDFT, na pessoa do Exmo. Sr. Corregedor-Geral GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO, encaminhando Ofício Circular de nº 001/2018-GCG, da lavra do Procurador de Justiça e Corregedor-Geral do MPDFT então em exercício JOSÉ VALDENOR QUEIROZ, pleiteando que as Corregedorias-Gerais informem sobre os critérios adotados para a expedição de certidão de regularidade para instrução de procedimentos de: 1) substituição que importe acumulação de ofícios; 2) remoção a pedido; 3) promoção; e 4) afastamento para estudos e para a elaboração de dissertações e de teses.

Após distribuição, houve despacho da lavra da Promotora Corregedora MARIANA REBELLO CUNHA MELO DE SÁ no sentido de a Direção desta Corregedoria-Geral realizar pesquisa e juntar cópia dos atos normativos emanados do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte que regulamentam a matéria questionada, em especial fazendo juntada de cópia do Protocolo de Ações Conjuntas celebrado entre o MPF e o MPRN, no mês de abril do ano corrente, e das últimas Resoluções que versam sobre o assunto cujas informações se pede.

A Direção cumpriu o despacho efetuando a juntada de cópia do aludido Protocolo de Ações Conjuntas, da Resolução nº 004/2008-CSMP, da Resolução nº 160/2017-CNMP e da Resolução nº 002/2018-CSMP, vindo os autos conclusos em seguida.

É o que importa relatar.

No âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, tanto pelos atos juntados aos autos quanto pelo que é de conhecimento deste Promotor Corregedor, não há regulamentação sobre a expedição de "certidão de

1/4



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PGA nº 28.084/2018 — PARECER — 19/07/2018

regularidade", pela Corregedoria-Geral do MPRN, para fins de designação de membro em substituição que importe acumulação de ofícios, remoção a pedido, promoção ou afastamento para estudos e para a elaboração de dissertações e de teses, sem prejuízo de eventual abertura de vista, nos procedimentos respectivos, para manifestação da Corregedoria-Geral, quando assim provocada.

Nada obstante, para a finalidade de designação de membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte para o exercício de função eleitoral, foi firmado em 20/04/2018, pela Corregedoria-Geral do MPRN e a Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Rio Grande do Norte, o documento intitulado "Protocolo de Ações Conjuntas", no qual consta expressamente, em seu art. 3º, a emissão de certidão, *in verbis*:

[...] Art. 3º A fim de possibilitar a designação de membro do Ministério Público Estadual para o exercício de função eleitoral perante juízo eleitoral com jurisdição em Zona Eleitoral situação no Estado do Rio Grande do Norte, a Procuradoria Regional Eleitoral (PRE/RN) buscará consultar previamente a Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual que, em prazo razoável, emitirá certidão, informando se o membro indicado pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte possui algum motivo impeditivo da designação, nos termos do inciso III do § 1º do art. 1º da Resolução CNMP nº 182, de 7 de dezembro de 2017, e remeterá ao e-mail institucional da Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Rio Grande do Norte (prern@mpf.mp.br). (Grifos nossos).

Outrossim, a Resolução nº 004/2008-CSMP/RN, que regulamenta o "afastamento de membro do Ministério Público para freqüentar cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, no País ou no exterior e dá outras providências", também prevê, em seu art. 2º, § 1º, VI, a emissão de certidão pela Corregedoria-Geral, como se lê adiante:

Art. 2º O pedido de afastamento para freqüência de cursos de pós-graduação ou aperfeiçoamento, no País ou no exterior, será dirigido ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público e

2/4



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PGA nº 28.084/2018 — PARECER — 19/07/2018

conterá minuciosa e inequívoca justificação da conveniência do afastamento para a Instituição.

§ 1º O pedido deve ser apresentado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do afastamento pretendido e **deverá ser instruído com:**


[...]

VI — **certidão exarada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, comprovando estar o interessado em dia com as atividades de suas atribuições e de não estar incurso em procedimento disciplinar, nem ter sido penalizado há menos de 01 (um) ano e dia à data da apresentação do requerimento; [...].**
(Grifos nossos).

Dessa forma, somente nessas situações há a previsão expressa de emissão, propriamente, de certidão, pela Corregedoria-Geral do MPRN, para os fins solicitados no Ofício Circular que inaugura este procedimento.

Por sua vez, os critérios para a emissão da aludida certidão ainda não foram estabelecidos pela Corregedoria-Geral do MPRN, de modo que, para além do que já está estabelecido em cada ato normativo acima reproduzido, somente as informações referentes a cada caso concreto poderão ensejar, por parte da Corregedoria-Geral, a conclusão sobre estar ou não, cada membro ministerial, em dia com o exercício de suas funções.

Diante do exposto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** este Promotor Corregedor, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, pelo encaminhamento de resposta ao órgão solicitante no sentido de que ainda não há, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, regulamentação para a expedição de certidão de regularidade para fins de substituição que importe acumulação de ofícios, remoção a pedido, promoção, e afastamento para estudos e para a elaboração de dissertações e de teses, sem prejuízo de eventual abertura de vista, nos procedimentos respectivos, para manifestação da Corregedoria-Geral, quando assim provocada; havendo, porém, previsão de emissão de certidão pela

 3/4



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

PGA nº 28.084/2018 — PARECER — 19/07/2018

Corregedoria-Geral do MPRN para a situação constante do art. 3º do Protocolo de Ações Conjuntas firmado entre a Corregedoria-Geral do MPRN e a Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Rio Grande do Norte em 20/04/2018, e para a situação prevista no art. 2º, § 1º, inciso VI, da Resolução nº 004/2008-CSMP/RN.

É o Parecer.

Encaminhem-se os autos à Exma. Sra. Corregedora-Geral em exercício.

Natal, 19 de julho de 2018



Mac Lennon Lira dos Santos Leite

Promotor Corregedor III

em substituição à Promotora Corregedora IV



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Procedimento de Gestão Administrativa nº 28.084/2018

DECISÃO

Aprovo e adoto o Parecer lavrado pelo Promotor Corregedor Mac Lennon Lira dos Santos Leite como razão de decidir, razão pela qual **determino o encaminhamento de resposta, ao órgão solicitante, nos termos do Parecer.**

Efetue-se a baixa deste procedimento nos registros respectivos.

Em seguida, **remetam-se** os autos ao arquivo.

Natal, 19 de julho de 2018

Sayonara Café de Melo

Corregedora-Geral do MPRN em exercício